



capes

**COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

presidência—Jarbas Gonçalves Passarinho,
Ministro da Educação e Cultura.

conselho deliberativo—Vicente Sobrino Porto
(diretor do Ensino Superior)—Antônio Moreira
Couceiro (presidente do C.N.Pq.), Amadeu
Cury, Eduardo Faraco, Edrízio Barbosa Pinto,
Hélio Homero Bernardi, José Walter Bautista
Vidal, Maria Aparecida Pourchet Campos,
Mário Werneck de Alencar Lima, Orlando
Magalhães Carvalho, Vasco Mariz.

suplentes—Erb Velleda, Francisco Degni,
Geraldo Halfeld, José de Paula Lopes Pontes,
Otto Guilherme Bier.

diretoria-executiva—Celso Barroso Leite.

Proliferação de Marsupiais no Ensino Pós-Graduado

Celso Barroso Leite
(Diretor-Executivo da CAPES)

Em seu recente e excelente livro "Lingua e Estilo de Eça de Queiroz", Ernesto Guerra Da Cal ressalta, entre outros pontos não menos importantes, que o estilista máximo do idioma não primava pela extensão e variedade do vocabulário, mas antes pelo uso atilado dos vocábulos; além de empregar as palavras com significados de que a maioria dos demais escritores não se valia, davalhes acepções que, parecendo correntes, em verdade constituíam originalidade e até ousadia de quem sabia manipulá-las com tanta destreza.

Procurando seguir o bom exemplo, ao falar aqui em marsupiais só por tabela me refiro a essa "ordem de mamíferos, caracterizada por uma espécie de bolsa que as fêmeas têm por baixo do ventre e onde trazem os filhos enquanto os amamentam"—na definição do dicionário. Assim, não cogito do conhecido gambá, por exemplo, predador de galinheiros, nem do canguru, campeão de saltos.

Usando o quase trocadilho com permissão de sua autora, a musicista Nélia de Andrade Pequeno, professora na Guanabara e no Estado do Rio, emprego o vocábulo em seu sentido literal, ligado à idéia de "bolsa"; mais especificamente, refiro-me às bolsas de estudo, assunto em agudo foco neste início do ano letivo. Em verdade existe certa similitude: os marsupiais carregam numa bolsa os próprios filhotes, e numerosas entidades dão uma bolsa aos filhos dos outros (quicá com algum filhotismo também).

Quem chega ao Ministério da Educação vindo de outra atividade, como é o meu caso, fica perplexo ante o número cada vez maior dessas entidades, a variedade de seus programas e o tumulto que daí decorre, com provável desperdício de recursos e de esforços.

A bolsa de estudo é, indiscutivelmente, o melhor caminho para um racional custeio do ensino público, sem as distorções da gratuidade indiscriminada da escola superior, que deve ser substituída pelo

ensino pago, com ajuda aos que não possam pagar, através de adequado sistema de bôlsas de estudo.

No setor da pós-graduação (ensino adicional destinado a pessoas já formadas), pode-se dizer que a era das bôlsas teve início com a CAPES, ou seja, a Coordenação (antiga Campanha) do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação, que por isso dispõe de experiência e tradição nesse importante campo. (Também em matéria de ensino pós-graduado está havendo perigosos excessos, mas êste é outro assunto.) Em seguida começaram a aparecer bôlsas de várias outras fontes, e a proliferação se foi tornando cada vez mais intensa e diversificada.

Compreende-se que certas inovações surjam e as desenvolvam de maneira pouco ordenada, com mais dinamismo do que método; e seria utópico pretender que um amplo e complexo sistema de bôlsas, como o que temos hoje, já nascesse perfeito e acabado. Pelo menos de início é até desejável que haja bôlsas de várias fontes, pois o eventual excesso é preferível à escassez. Mas a esta altura já parece oportuno cogitar do entrosamento dos diferentes programas.

Note-se que entrosamento não significa concentração nem, muito menos, absorção por um órgão de serviços de outro; antes de saber quem é mais indicado para fazer, é preciso saber quem está fazendo e o que está sendo feito. Além disso, a concentração tem seus riscos: se é uma entidade só que desempenha a atribuição, suas possíveis falhas são mais perigosas.

Assim, a multiplicidade dos programas de bôlsas é válida e pode até ser salutar, mas reunir informações a respeito será sempre útil, para cada órgão ficar conhecendo o trabalho do outro. Depois disso talvez seja viável pensar em alguma forma de sistematização, principalmente para evitar duplicação e desperdício.

Este, por sinal, é outro exemplo do conhecido fato, que o Ministro Jarbas Passarinho tem ressaltado, de que no tocante a recursos para a Educação nosso problema está menos na insuficiência do que na utilização pouco racional e portanto pouco profícua. Não podemos dar-nos ao luxo de ter muita gente fazendo a mesma coisa, com o risco de que alguma outra talvez não menos importante acabe sendo sacrificada.

Mas a "proliferação de marsupiais" não deve ser desde logo condenada, cabendo, ao contrário, atentar para seus aspectos positivos, que decerto prevalecerão quando fôr possível racionalizar e coordenar os principais programas de bôlsas de estudo, sobretudo no ensino de pós-graduação.

Forum de Opiniões

Passarinho Fixa sua Posição no Diálogo com os Estudantes

O Ministro Jarbas Passarinho fixou, em entrevista coletiva, no Rio, sua posição no diálogo com os estudantes. Estará sempre disposto a recebê-los, mas não vê possibilidade nem conveniência de debates com os radicais, de marcada posição marxista, pois, segundo afirma, nenhuma das partes conseguirá convencer a outra.

Esclareceu já ter recebido várias delegações de estudantes, analisando os problemas que lhe são apresentados. Dêses contatos, o que encontrou foi confiança para uma solução ou, quando menos, esperança, o que lhe parece uma atitude de gente civilizada. Mesmo porque, enfatizou:

"Quando a pessoa está radicalizada, não interessa falar em diálogo. E eu não teria a veleidade de querer convencer aquele que não quer ser convencido da minha tese. Como seria também ingenuidade de minha parte admitir que em contato com estudante marxista eu próprio me tornasse marxista. Um de nós estaria equivocado. Então não se trata evidentemente do diálogo filosófico. Para isto, não parece que tenhamos tempo, ou tenhamos esperança de um convencer o outro. O que me parece que se espera de um Ministério é que, na administração da Educação e na ministração da Educação, êle possa responder a perguntas, a problemas, como, por exemplo, o problema de rendimento dos estudos, o de faculdades que devem ter corretamente êsse nome—e não apenas com uma placa ou símbolo, que sejam capazes de preparar os estudantes, de modo que êles se sintam, ao longo do seu esforço, recompensados por adquirir o ferramental para o exercício profissional."

Deixou clara o Senador Jarbas Passarinho a opinião de que não há honestidade de propósitos nos estudantes que querem vê-lo na praça pública, nem irá submeter-se a esse tipo de pressão, mesmo porque isto, segundo disse, seria comício, e esse tipo de "meeting" já nem se usa. Isto seria exibicionismo, o que, afirmou, não é o seu forte.

PARTICIPAÇÃO—O Ministro da Educação se disse favorável à participação dos estudantes nos órgãos colegiados universitários. Nêles os estudantes têm oportunidade de opinar junto aos professores sobre os problemas que lhes dizem respeito. Essa participação deve estar presente em todos os escalões onde o estudante tenha a sua vida, no sentido de seu futuro e dos seus objetivos.

Depois de referir-se ao episódio ocorrido no Governo João Goulart quando ao estudante designado para o Conselho Federal de Educação foi recusada a posse, e à carta de um reitor amigo, que o advertiu sobre o fato, o Ministro Jarbas Passarinho falou sobre o problema dos diretórios, que não devem ser transformados em partidos políticos.

"O que não consigo entender é o Diretório transformado em célula do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, chamado "Partidão", ou da "Vanguarda" não sei de quê, ou do Partido Integralista, se houver ainda alguém com coragem. Não compreendo como se possa transformar uma atividade tipicamente estudantil em atividade tipicamente e necessariamente política."

Para a ação política, aconselhou aos estudantes que o desejarem procurar os partidos políticos, por não admitir que os diretórios se transformem em órgãos de vanguarda, retaguarda ou centro "dêse tipo de exército". "Contudo", concluiu, "isso não significa que os diretórios devam ser apenas entidades literárias para comemorar Castro Alves nas épocas oportunas."

COMBATE AO ANALFABETISMO—Interrogado a respeito, disse o Ministro Jarbas Passarinho:

"Esta é uma das minhas preocupações sérias. Discute-se hoje, a estatística. Alguns admitem até que o número é alarmista: 30 milhões de analfabetos. Outros dizem que há só 12 milhões. Eu considero êstes extremamente otimistas. Em 1950 havia 51%; em 1960, 39% da população, o que traduz uma queda de 1% ao ano nessa taxa. Hoje, é possível que estejamos com 30%, ou seja, 27 milhões."

A esse propósito, explicou o Ministro da Educação que em termos de conceito internacional, para fins de recenseamento, são analfabetas as crianças entre 7 e 14 anos, e também os adolescentes e adultos não escolarizados, a partir dos 15 anos.

"Outro dado a examinar é que do primeiro para o segundo ano primário há uma evasão de 50%. Isto é que leva à revelação dramática de que, para cada 10 mil matriculados no primeiro ano primário, chega ao ensino superior um décimo por cento do contingente original. Então, se 50% dêsse contingente saem da escola antes de completar o segundo ano primário, e se temos, hoje, tranquilamente, com base em dados estatísticos, cerca de 28% da população entre 7 e 14 anos teremos, só aí, 14% de analfabetos, acrescentando o contingente que já existe. Isto porque já existe um resíduo daqueles que ultrapassaram os 14 anos, e o resto está marchando para chegar a essa idade e acima dela, já irremissivelmente sem alfabetização também."

Prometeu o Ministro atacar o problema de ambos os lados. Parece-lhe essencial tamponar a brecha, impedindo o acréscimo, e nesse caso terá de haver prioridade 1 para o grupo etário de 7 aos 14 anos, para que êle não continue agravando o problema. A prioridade 2 será a dos adultos. Para dar combate ao analfabetismo usará todos os meios possíveis, inclusive os não ordinários:

"Isto porque eu não acredito que possa, com uma escolinha bem preparadinha, de alvenaria, montada no Brasil inteiro, resolver o problema. Tenho de usar todos os recursos. Até, se necessário, em barraca de campanha, ou debaixo de choupanas. Nas áreas urbanas deverão ser usadas as estações de rádio e de televisão. Para êsses programas haverá monitores devidamente qualificados e postos receptores."

Sobre a utilização de um satélite—projeto Saci, que chegou a ser examinado quando era Ministro da Educação o Prof. Raimundo Moniz de Aragão, disse o Senador Jarbas Passarinho pretender reestudar o assunto. Já conversou com o Ministro do Planejamento sobre o projeto, mas ainda não dispõe de dados concretos para dizer da viabilidade de sua aplicação no Brasil.

Entre seus planos está o de dar ênfase à atuação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Disse ainda que, na sua opinião, não há falta de professores. O Brasil aparece nas estatísticas mundiais como o País que possui o maior número de professores: um professor para cada quatro alunos. Os Estados Unidos têm um professor para doze alunos. O que acontece é que o professor não faz tempo integral, não vive só do salário que lhe paga uma escola. Na área secundária, por exemplo, o salário é vil, o que obriga o professor a dar muitas aulas e ser auxiliar de escritório numa firma. Daí a subutilização dos professores, o que poderia ser solucionado com um salário justo.

Para o Ministro, o aspecto de quantidade parece irrelevante, ao contrário do de qualidade. No ensino primário há centenas de milhares de professores leigos. Por isso, os centros de treinamento são também uma das suas preocupações, assim como no ensino secundário.

Ensino Humanístico na Universidade Moderna

"Se alguém indagasse que prodigiosa força impulsiona e orienta o sentido da grande revolução tecnológica de nosso tempo, creio que uma única resposta seria possível: a Universidade moderna."

A afirmativa foi feita pelo Prof. César Leal, na aula magna do Instituto de Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

"A Universidade é hoje uma instituição abrangente", disse o Prof. César Leal, "que desenvolveu tanto os seus poderes e tanto aperfeiçoou a organização do trabalho em equipe, que aquilo que a humanidade sempre mais admitiu—a criatividade do homem isolado—definha progressivamente, levando o gênio ao descrédito e reduzindo o talento a um conceito meramente acústico, esvaziado de seu conteúdo semântico."

Depois de indagar sobre a importância dos Institutos de Letras numa universidade moderna, o conferencista afirmou que a resposta mais coerente a essa indagação seria aquela que procurasse redefinir a função desses Institutos na sociedade contemporânea, para que eles pudessem desempenhar conscientemente o papel que lhes é atribuído na estrutura universitária:

"Temos de reconhecer, em princípio que a idéia de uma alta prioridade para o desenvolvimento dos estudos vinculados a programas científicos e tecnológicos deve ser reinterpretada à luz de novos conhecimentos sobre o estado atual dos estudos humanísticos nas nações mais altamente desenvolvidas", mas, acrescentou:

"Desgraçadamente, vem se desenvolvendo nos círculos universitários brasileiros a idéia de que os estudos literários são desnecessários num mundo dominado pela ânsia de crescimento econômico, o qual só pode ser alcançado pela Tecnologia, escudada nos poderes quase ilimitados da Ciência."

"Essa idéia surgiu", segundo o conferencista, "nos Estados Unidos, no fim da década de 50, mas logo foi combatida pelos próprios cientistas e tecnólogos norte-americanos, aos quais se somaram os protestos dos professores e humanistas Howard Jones e Roman Jakobson, este professor de Lingüística na Universidade de Harvard e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Levando

em conta a onda de protestos que se levantou nos Estados Unidos, o governo norte-americano ordenou que as "Humanidades" fossem colocadas no mesmo nível das demais ciências. Poetas, professores, lingüistas foram contratados em todo o mundo, e hoje os Estados Unidos lideram, juntamente com os alemães, os estudos científicos de literatura."

O Prof. César Leal disse que os estudos literários são sempre feitos por homens isolados, assim como a produção de obras literárias daí por que os Institutos de Letras não podem dispor das mesmas verbas que os de Ciência, que exigem equipamento muito custoso e altamente sofisticado, acrescentando que o silêncio sobre as ciências do espírito se deve ao fato de que elas não produzem utilidade econômica nem enriquecimento material, como já demonstrara o grande crítico Robert Curtius:

"Contudo, a idéia de que os estudos têm pouca importância no mundo de hoje, porque a humanidade estaria mais interessada na produção de bens de consumo, não corresponde ao verdadeiro sentido que orienta a política dos governos mais preocupados com o seu desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento cultural. Ela pode encontrar acolhida entre técnicos com grande influência nas decisões governamentais, homens portadores de uma visão estreita sobre problemas da cultura. Mas tais obstáculos podem ser removidos quando na cúpula das universidades se encontram humanistas, ou seja, homens capazes de determinar com segurança os usos das ciências e das artes."

Falando sobre o tempo integral, o conferencista afirmou:

"Poucos sabem o que significa para um professor o tempo integral. É aí que entra o problema das prioridades. Quando uma nação altamente desenvolvida dá prioridade às ciências ou às técnicas, essa prioridade se refere a recursos financeiros e não a recursos humanos. Daí o fatal erro dos que supõem que o tempo integral se relaciona com o número de aulas que o professor é obrigado a dar aos seus alunos. O tempo integral é aplicado com o objetivo de *profissionalizar a vida da mente*. É uma disciplina ética, ou profissional. Uma benção dos deuses para os que desejam realizar sua alma. O tempo integral é, também, um castigo para os que desejam apenas ganhar dinheiro e, assim, o temem como o Diabo teme orações. Quando falo do tempo integral é porque considero da maior importância para os estudantes literários a dedicação do professor à sua disciplina." Concluindo disse que a decretação do tempo integral foi uma das medidas mais salutares já surgidas na Universidade brasileira.

Decreto Cria Monitoria Para o Ensino Superior

Apenas os alunos das últimas séries dos cursos poderão ser contratados para exercer funções de monitores nas instituições de ensino superior do País. A determinação é do Presidente Garrastazu Médici e está contida no Decreto nº 66.315, de 13 de março do corrente ano, que regulamentou o assunto, destinando ao mesmo tempo recursos da ordem de NCr\$ 5 milhões para atendimento do programa ainda no corrente ano letivo.

Deverão ser contratados mil monitores mediante remuneração mensal de NCr\$ 300,00, com prioridade para as áreas de estudos diretamente relacionadas com a saúde, tecnologia e formação de professores de nível médio. Com este novo ato, o chefe do Governo vem atender às ponderações que lhe foram encaminhadas pelos Ministros Jarbas Passarinho e João Paulo Veloso, constituindo um elemento a mais na renovação dos quadros docentes universitários. Dada a importância do decreto assinado pelo Presidente Garrastazu Médici, torna-se oportuno transcrevê-lo, na íntegra:

"Art. 1º As funções de monitor, previstas no artigo 41, e seu parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, poderão ser exercidas por alunos dos dois últimos anos dos cursos de graduação de estabelecimentos de ensino superior federal, que apresentem rendimento escolar geral comprovadamente satisfatório, que tenham obtido, na disciplina em causa e nas que representem seus pré-requisitos, os créditos necessários e que mediante provas de seleção específicas, demonstrem suficiente conhecimento da matéria e capacidade de auxiliar os membros do magistério superior em aulas, pesquisas e outras atividades técnico-didáticas.

Parágrafo único. A condição de repetente incompatibiliza o aluno para o exercício das funções de que trata este artigo.

Art. 2º Os programas de implantação da monitoria serão aplicados primordialmente nas áreas prioritárias da saúde, da tecnologia e da formação de professores de nível médio, cabendo a sua elaboração à Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE) de cada universidade ou federação de escolas, dentro dos recursos orçamentários próprios e em harmonia com os programas de tempo integral do respectivo corpo docente.

§ 1º Caberá à Comissão Coordenadora referida no artigo 4º do Decreto nº 64.086, de 11 de fevereiro de 1969, fixar critérios para a implantação do plano de monitoria e analisar os programas propostos pelos estabelecimentos de ensino superior.

§ 2º Os critérios a que alude o parágrafo anterior incluem a identificação das matérias em que haverá sistema de monitoria, o grau mínimo a ser obtido na matéria respectiva e em seus pré-requisitos, como condição para concorrer à seleção, bem como as normas de realização do exame de seleção a ser efetuado.

Art. 3º As funções de monitor serão exercidas, sob a orientação de professores da disciplina, em regime de 30 (trinta) horas semanais, incluindo as atividades discentes.

Art. 4º Aos monitores, que não terão, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, poderá ser atribuída bolsa especial, sem reembolso, em valor fixado, para o exercício de 1970, em NCr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos) mensais.

Art. 5º O Ministério da Educação e Cultura providenciará no sentido de que sejam incluídos no orçamento da União recursos destinados a atender às despesas da execução do disposto neste Decreto.

§ 1º Para o custeio dos programas de monitoria no corrente exercício fica autorizado o destaque da parcela de NCr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros novos), dos recursos constantes do orçamento da União para 1970, sob supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, destinados a Financiamentos de Atividades e Projetos Prioritários.

§ 2º A entrega de recursos aos estabelecimentos de ensino superior federal ficará condicionada à aprovação do programa específico de que trata o artigo 2º.

Art. 6º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

UFSC Elimina Faculdades Para Implantar Reforma

Até 1971 a Universidade Federal de Santa Catarina terá implantado a reforma universitária, segundo anunciou o Reitor David Ferreira Lima, acrescentando já estarem extintas as Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Odontologia, Farmácia, Bioquímica, Medicina, Filosofia, Ciências e Letras e a Escola de Engenharia Industrial. Todos os dezenove cursos ministrados atualmente serão congregados nos Centros Biomédico, Sócio-Econômico e de Educação.

A nova estrutura da Universidade Federal de Santa Catarina prevê a criação de numerosos outros cursos, que serão integrados aos Centros Agro-pecuário e de Desportos.

Disse o Reitor que o ano de 1969 foi de alto significado para a Universidade Federal de Santa Catarina, que viu a concretização de seus objetivos, com a assinatura de decreto pelo Presidente da República aprovando seu plano de reestruturação e com a aprovação, pelo Conselho Federal de Educação, do novo Estatuto Universitário.

"Com os meios legais que nos foram oferecidos", acrescentou, "podemos definir o método mais apropriado de ingresso dos secundaristas no curso superior, que substituisse o tradicional e antiquado sistema reprovatório."

Mais adiante declarou: "Instituímos o Vestibular Único e Unificado, o primeiro no País, realizado a partir deste ano, para medir a capacidade e o nível de conhecimentos gerais dos candidatos, como primeiro fato marcante da nova estrutura universitária."

Damy Vai Reger Cadeira de Física em Campinas

O Conselho Diretor da Universidade Estadual de Campinas aprovou por unanimidade a contratação do Prof. Marcelo Damy de Souza Santos para reger a cadeira de Física daquela instituição.

O Reitor Zeferino Vaz lembrou que o Prof. Marcelo Damy foi o construtor do primeiro acelerador linear da América Latina, na Universidade de São Paulo, e do primeiro reator atômico de potência.

Catedrático da Universidade de São Paulo, o Prof. Marcelo Damy foi também o criador do Instituto de Energia Atômica, e presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, tendo, ainda, trabalhado em universidades inglesas e norte-americanas.

Mundo Universitário

Problemas Educacionais Preocupam o Govêrno

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos do corrente ano, o Presidente Garrastazu Médici mostra-se vivamente preocupado com o problema educacional brasileiro, certo de que este é, talvez, o fator mais importante para que o País, através de um esforço que não deve ser só do Govêrno, mas de tôdas as forças vivas da Nação, se reencontre a si mesmo, no caminho do desenvolvimento e da paz social.

O Chefe do Govêrno destacou em sua mensagem que a democracia, "não sendo um fim em si mesma, senão simples processo ou caminho pelo qual se procura determinar o fim, é fórmula que tem de evoluir, acompanhando a evolução social", enfatizando:

"A consciência popular ganhou a noção de que o regime em vigor, pleno de vitalidade e dinamismo, quer plasmar pela ordem jurídica e social numa democracia que, sem repudiar totalmente as categorias tradicionais se ajuste às exigências de uma sociedade que, como a nossa, vive sob o signo da mudança."

A longa mensagem aos membros da Câmara e do Senado federais revela o otimismo do Govêrno quanto ao futuro do País, destacando, porém, certa preocupação com alguns setores—como os da saúde e da educação—assinalando, entretanto, haverem sido tomadas providências para correção dos elementos negativos persistentes.

Quanto ao problema da educação brasileira, disse o Presidente da República:

"Após a análise crítica do sistema educacional ficaram evidentes

sérias deficiências de organização e funcionamento, cuja neutralização deve ser feita com urgência.

A desconexão entre os graus de ensino e a falta de entrosamento entre os currículos dos diversos graus é uma das características mais negativas de nosso ensino. Visando a dinamizar o ensino brasileiro, já foram realizados diversos convênios.

A desconexão entre os diversos graus de ensino; a alarmante evasão do ensino primário e, nêle, a repetência em taxa muito alta; a falta de planificação da oferta; a seletividade antidemocrática, sobretudo do ensino médio; o fenômeno dos excedentes; o despreparo de grande parcela do magistério e sua baixa remuneração; e o elevadíssimo índice de analfabetismo são alguns dos mais graves e prementes problemas que o Governo atual vai enfrentar e solucionar.

O sistema é tão falho que sua inadequação se patenteia dramaticamente nos próprios exames de admissão ao curso secundário e de vestibular ao curso superior. Além disso, currículos irrealísticos exigem forte carga horária de informações acadêmicas, sem qualquer preocupação de qualificação gradativa de mão-de-obra nacional ao longo das diversas etapas dos cursos.

Para melhor produtividade do ensino, está pronto o estudo para integração do curso primário com o primeiro ciclo do atual curso médio, de modo a criar-se o conceito de educação fundamental, que virá corrigir os defeitos de desconexão hoje existentes entre os currículos desses graus de ensino.

Em 1971, em todo o território nacional, estará implantada a nova sistemática de ensino fundamental. Neste ensino, os ginásios orientados para o trabalho (pluricurriculares) desempenharão papel de relêvo para despertar vocações. Funcionarão como unidades de ensino que permitirão o contato dos alunos com oficinas de artes e ofícios, não tendo caráter profissionalizante, mas pré-vocacional.

Ao ensino médio ficarão reservados os cinco ramos: colegial, industrial, comercial, agrícola e normal. Todo o esforço do Governo será no sentido de quebrar o quase monopólio do colegial que atualmente detém 73% do total de matrículas. Impõe-se também formar maior número de professores primários para diminuir a percentagem elevada de leigos (40%) em exercício. As escolas

industriais visarão a formação de técnicos de nível médio de que se ressentem o mercado de trabalho nacional.

A oferta de ensino superior será aumentada por meio de ampliação das unidades existentes, além de ser planificada a oferta, levando-se em conta as potencialidades do mercado de trabalho.

O Governo atuará através do Plano Nacional de Educação, no ensino médio e superior, nos Estados e Municípios, com orçamentos específicos da educação estadual e municipal, em montante previsto de NCr\$ 140 milhões, criando ainda salário fixo profissional para o magistério. Isto implicará o incremento da taxa de escolarização para 80%. Haverá ainda assistência total ao aluno, além de distribuição de bolsas de estudo. Para isso, está em estudo um plano de seguro-educação, para possível adoção ainda este ano, com o objetivo de garantir o estudante contra o infortúnio."

PLANEJAMENTO—O cuidado do Chefe do Governo com os problemas da saúde e da educação vem de longe. Ainda na primeira quinzena de março, ao receber os secretários de Planejamento de vários Estados, então reunidos na capital da República, afirmava o Presidente que estes dois setores estão na primeira linha de suas preocupações, enfatizando:

"Mas a educação e a saúde a que me refiro são aquelas do interior do País. Precisamos levar essas bases fundamentais do nosso desenvolvimento aos rincões mais longínquos, para que todos se beneficiem igualmente, o que será possível somente mediante uma perfeita conjugação de esforços da União e dos Estados."

Disse, a certa altura, ter acabado o tempo em que pela falta de planejamento as obras eram paralisadas. Hoje elas somente são iniciadas na certeza da existência de recursos para concluí-las, e frisou:

"Esta é a filosofia do meu Governo: se o Delfim Neto diz que não há dinheiro nós nem iniciamos a obra."

Enquanto isso, no Rio, a Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro do Planejamento divulgou o texto do Decreto nº 66.354, de 20/3/70—sobre a distribuição, ainda no corrente exercício financeiro, dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, dos quais serão destinados NCr\$ 220 milhões à educação e

NCr\$ 110 milhões à saúde. Eis, na íntegra, o texto do ato governamental:

"Art. 1º Ficam instituídos no Ministério da Educação e Cultura e no Ministério da Saúde grupos de trabalho com a incumbência de propor bases para a celebração de convênios entre a União e os Estados objetivando a transferência de encargos e a integração de serviços, nos setores de educação e de saúde.

Art. 2º Cada um dos grupos de trabalho será constituído pelo Secretário-Geral do Ministério interessado, que o presidirá, por um representante de cada um dos Ministérios, do Planejamento e Coordenação Geral, do Interior, e do Trabalho e Previdência Social, e por cinco representantes dos Estados.

Parágrafo Único. Qualquer Estado poderá designar representante para participar das reuniões dos grupos de trabalho.

Art. 3º Os grupos de trabalho de que tratam os artigos anteriores serão instalados no prazo de dez dias, contados da data da vigência deste decreto, e deverão apresentar relatório conclusivo dentro de 30 dias, a partir de sua instalação.

Art. 4º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Normas para Reforma de Currículos Universitários

Os currículos mínimos dos cursos superiores estão sendo reformulados pelo Conselho Federal de Educação, órgão normativo da política educacional do Governo, ao qual cabe essa tarefa. A medida visa adequar tais currículos ao espírito da Reforma Universitária que, de acordo com a lei nº 5.540, de 28-11-68, deverá estar totalmente implantada até o próximo ano. Já foram examinados e reformulados por aquele colegiado os currículos mínimos dos cursos de Medicina, Arquitetura, Farmácia, Relações Públicas, Zootecnia, Desenho Industrial, Comunicação, Música e Matérias Pedagógicas.

Por proposta da Câmara de Ensino Superior, o Conselho Federal de Educação aprovou as seguintes normas sobre a aplicação dos novos currículos mínimos fixados pelo colegiado:

- 1) O currículo mínimo é o núcleo de matérias fixado pelo Conselho Federal de Educação, na forma do artigo 26 da Lei número 5.540, de 28-11-68, considerado o mínimo indispensável para uma adequação da formação profissional.
- 2) O currículo mínimo poderá ser uno, constituído de uma relação de matérias obrigatórias para todos os casos, ou admitir diversificações, abrangendo nesta última hipótese uma parte fixa, comum para todas as escolas e alunos, e outra variável, constante de uma lista de matérias, das quais os estabelecimentos escolherão tantas quantas forem determinadas pelo CFE.
- 3) O currículo mínimo será a matéria prima a ser trabalhada pelo estabelecimento na organização do currículo do curso, podendo ser complementado com outras matérias para atender a peculiaridades regionais e a diferenças individuais dos alunos. A complementação deverá obedecer aos princípios de flexibilidade e sobriedade e guardar relação com a natureza e objetivos do curso, evitando-se os currículos enciclopédicos.
- 4) A matéria do currículo mínimo, comum aos cursos agrupados na mesma área de conhecimentos, na forma da Indicação número 8/68, deverá, por sua natureza, ser incluída entre as matérias do primeiro ciclo.
- 5) Para todos os efeitos de conteúdo e duração, o primeiro ciclo ficará incorporado ao currículo do curso de graduação profissional.
- 6) Na organização dos cursos deverá ser mantida a nomenclatura do currículo mínimo, admitindo-se, no entanto, que a denominação geral de uma matéria venha a ser explicitada em disciplina.
- 7) Aos estabelecimentos é lícito desdobrar as matérias do currículo mínimo em disciplinas anuais ou semestrais ou, ainda, em períodos letivos especiais a serem definidos no regimento.
- 8) A duração dos cursos é fixada em termos de duração mínima, com observância dos limites máximos e mínimos de execução dos cursos, estabelecidos pelo CFE.

9) Os currículos mínimos, uma vez homologados pelo Ministro da Educação e Cultura e publicados, entrarão em vigor no ano letivo seguinte, aplicando-se obrigatoriamente aos alunos matriculados no primeiro ano dos cursos.

Na hipótese de fácil adaptação e a juízo dos estabelecimentos, a execução do novo currículo mínimo poderá estender-se aos outros anos ou a todo o curso. Nestes casos o princípio a ser observado é que a aplicação do novo currículo mínimo deverá ser feita de modo a não acarretar descontinuidade ou prejuízo para a formação profissional dos alunos que faziam o curso no regime do currículo anterior.

Rins Ganham Nova Técnica Operatória

Edison Dias Teixeira é nome que já ultrapassa as fronteiras do Brasil, projetado no mundo científico como um dos mais renomados especialistas em transplantes. Seu mais recente trabalho nesse campo, executou-o no Hospital Silvestre, do Rio de Janeiro, ao colocar mais um rim no jovem Hilmar Tôrres Corrêa, de 16 anos de idade.

Hilmar foi a oitava pessoa a ser operada pela equipe do Dr. Edison Teixeira. A intervenção cirúrgica foi bem diferente das anteriores: não lhe trocaram ou retiraram nenhum rim. Ele recebeu um adicional, doado por sua mãe, num trabalho operatório que durou cerca de três horas.

Diplomado pela Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, o Dr. Edison Teixeira especializou-se nos Estados Unidos, no Departamento de Cirurgia da Escola Médica da Northwestern University, Chicago, Illinois, onde, a convite do Prof. John M. Beal, foi trabalhar, em 1965, como pesquisador na equipe do Prof. John J. Bergan.

Aquela época o médico brasileiro já exercia as funções de assistente da 1ª Cadeira de Clínica Cirúrgica da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro—hoje integrando a Federação de Escolas Isoladas do Estado da Guanabara—e era membro do

Departamento de Ensino do Instituto de Pesquisas Cirúrgicas. Sua viagem ao Exterior recebeu pronto apoio da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que lhe custeou a passagem de ida e volta.

Entre os estudos mais importantes realizados sob a direção do Prof. John J. Bergan destacam-se os relacionados com as modificações provocadas pela insulina no *autotransplante* do pâncreas, e destinados a avaliar a importância da inervação da glândula na sua produção e liberação. Foram realizados transplantes de rins em cães recém-nascidos para estimar seu funcionamento, culturas de tecidos colhidos por biópsia, e, ainda, estudos de fluorescência para identificar a presença de anticorpos no período de rejeição.

Ainda como parte de seu programa de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, o médico brasileiro participou de um trabalho destinado a desenvolver novas técnicas para enxerto de fígado auxiliar, sem necessidade de uma hepatectomia no receptor. Também participou de pesquisas relacionadas com a isquemia intestinal, através de estudos sobre as alterações do fluxo arterial na artéria mesentérica superior e no tronco celíaco após constrição parcial desses vasos.

Além dos vários trabalhos que publicou em revistas especializadas como a "Revista Brasileira de Cirurgia" e os "Archives of Surgery" (Estados Unidos), o Dr. Edison Teixeira participou de numerosos congressos, alguns deles realizados sob os auspícios do Governo Norte-Americano, como o de "Transplantes de Órgãos", em Santa Bárbara, Califórnia.

CFE Credencia Cursos de Pós-Graduação na UFRJ

A CAPES congratulou-se com o Instituto de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ter aquela unidade conquistado o credenciamento dos cursos (*sensu stricto*) que ministra, em nível de pós-graduação.

"É significativa", diz a mensagem ao Prof. Amadeu Cury, diretor do Instituto de Microbiologia da UFRJ, "a circunstância de

serem êses os primeiros cursos credenciados pelo Conselho Federal de Educação na forma de seus pareceres que disciplinam a matéria.”

Membro também do Conselho Deliberativo da CAPES, o Prof. Amadeu Cury afirma ser motivo de orgulho o credenciamento dos cursos (Mestrado e Doutorado) do Instituto de Microbiologia, reiterando sua decisão e a da equipe que com êle trabalha naquela unidade da UFRJ de manter os esforços para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em alto nível, visando à formação de pessoal docente qualificado de que tanto necessita o País.

O parecer do relator, Prof. Roberto Santos, recebeu integral apoio de todos os membros do Conselho Federal de Educação, que aprovaram a decisão da Câmara de Ensino Superior do mesmo colegiado, presidida pelo Prof. Newton Sucupira, e integrada pelos Profs. Roberto Santos, Alberto Adeodato, Nair Fortes Abu-Mehry, Valinr Chagas, Alaor de Queiroz Araujo e Raimundo Moniz de Aragão.

Eis, na íntegra, o texto do parecer, cuja transcrição completa se justifica pelo fato de serem os primeiros cursos pós-graduados *sensu stricto* credenciados pelo Conselho:

“O Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, submete à apreciação dêste Conselho o pedido de credenciamento dos cursos de Mestrado e de Doutorado do Instituto de Microbiologia, da mesma Universidade.

O Instituto em aprêço se inclui entre as organizações científicas brasileiras mais altamente conceituadas, e foi pioneiro no estabelecimento de programas de ensino em nível de pós-graduação, o que se tornou possível graças à elevada categoria dos trabalhos de pesquisa ali realizados, nas duas últimas décadas.

Vem o processo que é objeto do presente Parecer devidamente instruído pelo Relatório da Comissão Verificadora, constituída pelos Profs. Gobert Araújo Costa e Milton Fontes Magarão. O pedido de reconhecimento dos cursos de Mestrado e de Doutorado será examinado de acôrdo com o roteiro sugerido no Parecer 77/69, dêste Conselho.

I—*Natureza jurídica da Instituição e sua tradição de ensino e pesquisa*—O Instituto de Microbiologia é unidade integrante da

Universidade Federal do Rio de Janeiro. O alto grau de desenvolvimento do ensino e da pesquisa que ali se realizam, foi já reconhecido por êste Conselho no Parecer 117/67, pelo qual foi aprovado o Plano de Reestruturação da UFRJ onde ficou assegurada ao Instituto a categoria de unidade universitária *ex vi* do artigo 11 do Decreto-Lei 252/67. Não obstante, pareceu-nos oportuno destacar as seguintes informações, referentes às atividades mais recentes do Instituto:

1) No ano de 1968 inscreveram-se no Curso de Atualização e Revisão em Microbiologia, com duração de dois meses, alunos graduados vinculados aos seguintes estabelecimentos: Universidade Federal de Juiz de Fora, U. F. Rural do Rio de Janeiro, PUC do Rio de Janeiro, UFRJ, Sociedade Universitária Gama Filho, U. F. Santa Maria, U. Católica de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas da Guatemala, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Academia de Medicina da Polônia.

2) O chamado “Curso de Especialização em Microbiologia”, com duração de dez meses, ao qual se destinam os alunos que mais se destacam no curso de Atualização e Revisão acima referido, já preparou várias dezenas de professores de Microbiologia das Faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem e Veterinária de tôdas as regiões do Brasil, e de vários Países da América Latina.

3) O Instituto vem realizando cursos de Mestrado e Doutorado desde 1968.

É reconhecidamente modelar—além de intensíssima—a atividade de ensino de graduação do Instituto. No ano de 1968, estendeu-se ela a 8 Faculdades, Escolas e Institutos, havendo sido freqüentado por nada menos de 750 estudantes, apenas nesse ano.

4) Os trabalhos de pesquisa do Instituto têm resultado em numerosas publicações de maior renome mundial, na especialidade, e abrangem os seguintes campos da Microbiologia:

—de Virologia: estudos sôbre Coxsackie, Arbovirus, Vírus Respiratórios e Enterovírus;

—de Microbiologia Médica—infecções intestinais, tuberculose, germes piogênicos e microbiologia oral;

—de Microbiologia Geral: genética, bioquímica e fisiologia microbianas.

—de Imunologia—estudos sobre imunidade cruzada; sorologia da tuberculose; auto-anticorpos; imunológica de produtos naturais; e sobre o diagnóstico sorológico da brucelose.

II—*Capacidade financeira para manutenção dos cursos*—Graças ao merecido prestígio científico do seu corpo docente, e a capacidade empreendedora dos dois professores que o dirigiram desde a sua fundação, o Instituto tem sido generosamente financiado por instituições nacionais e estrangeiras. Entre as primeiras se contam, além da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Pesquisas e a CAPES. Entre as do segundo grupo, cumpre mencionar a Organização Panamericana da Saúde, a Organização Mundial da Saúde, a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller.

Durante o ano de 1968 o Instituto recebeu NCr\$ 566.439,00 dos quais mais de trezentos mil cruzeiros novos se destinaram ao pagamento do pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lotado no Instituto.

III, V e VI—*Edifícios e instalações adequados ao funcionamento do curso; equipamentos e laboratórios; biblioteca*—O Instituto ocupa prédio com 2.200m² de área, situado no campus da Universidade na Praia Vermelha, projetado e construído para a finalidade a que se destinou desde o princípio. As instalações são perfeitamente satisfatórias, e o equipamento é abundante, tanto para as tarefas de ensino como de pesquisa, conforme se pode depreender da leitura da minuciosa relação inserta no processo. A Biblioteca especializada é das melhores no gênero, e conta com mais de 110.000 volumes. A coleção de periódicos inclui 193 títulos diferentes.

IV—*Pessoal Docente*—Este é o ponto mais alto da instituição. Segue-se o resumo dos *curriculum vitae* de alguns dos professores que participam dos cursos de pós-graduação do Instituto:

1) Amadeu Cury—leciona Microbiologia Geral—Médico pela Universidade do Brasil (1942)—Vários cursos em nível de pós-graduação em Microbiologia (Na Escola Superior de Agricultura da Holanda, no Instituto Biológico de S. Paulo, no Insti-

tuto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro); vários títulos honoríficos e missões científicas no exterior—cinquenta e nove trabalhos publicados e comunicações a sociedades científicas—o Prof. Cury é o atual Diretor do Instituto, e tanto pela qualidade da sua produção científica, como pela ação de liderança no desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa, é figura das mais destacadas nos meios universitários do País.

- 2) Luiz Rodolpho Raja Gabaglia Travassos—Médico pela U.F.R.J. (1962). Obteve o título de Doutor em Microbiologia pelo Instituto (1967), após realizar o curso oferecido desde antes de estabelecidas as normas deste Conselho, e mediante defesa de tese em que mereceu nota máxima de todos os examinadores. Tem numerosas publicações no Brasil e no estrangeiro, e é o atual coordenador dos cursos de pós-graduação do Instituto.
- 3) Milton Thiago de Melo—Médico Veterinário pela Escola de Veterinária do Exército—Docente livre de Microbiologia da Escola de Medicina Veterinária—Membro do Comitê de Peritos em Brucelose da WHO/FAO (1957 a 1969). Mais de cem trabalhos publicados, entre os quais se encontram resultados de pesquisas originais e capítulos de livros de texto editados no estrangeiro.
- 4) Italo Suassuna—Farmacêutico pela U. F. do Rio Grande do Norte e médico pela U.F.R.J. Vários cursos em nível de pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos (No Communicable Diseases Center, no Walter Reed Army Institute of Research, etc.). Docente livre de Microbiologia pela Faculdade Nacional de Medicina (1962). Catedrático de Microbiologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara (1965) e Professor Adjunto da U.F.R.J. (1966). Numerosos trabalhos de pesquisa publicados no Brasil e no exterior.
- 5) Manoel Bruno Alípio Lobo—Médico pela U.F.R.J.—Como bolsista da Fundação Rockefeller (1956), trabalhou nos Laboratórios de Virologia da mesma Instituição sobre a estrutura antigênica do vírus da febre amarela, com os Profs. Theiller e Casals. Foi Diretor do Instituto Evandro Chagas da Fundação

SESP. Numerosos trabalhos de pesquisa publicados no Brasil e no exterior.

Os demais professores apresentados—Isaac Roitman, Fernando Steele da Cruz, Eliza Gastão da Cunha Penido, Moysés Fuks, Ivone Rocco Suassuna, Wilson Chagas de Araujo, Carlos Eduardo de Vasconcelos Serpa, Gilda Guimarães de Almeida Gomes, João Ciri-belli Guimarães, Raimundo Diogo Machado, José Augusto Rosemberg, Hebe Labarthe Martelli e Anita Dolly Panek, têm o seu currículo valorizado por várias publicações de incontestável mérito, estando em condições de colaborar no cumprimento de programas de Mestrado e de Doutorado. Na sua grande maioria, trabalha o corpo docente em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Embora não figure na relação constante do Processo, o nome do Professor Paulo de Góes, fundador e Diretor do Instituto até recente data não poderia deixar de ser mencionado neste Parecer, como uma das garantias mais autênticas da elevada categoria alcançada pelo ensino e pela pesquisa realizadas naquela Instituição. O Professor Paulo de Góes deixou há pouco a atividade docente para ocupar uma das Sub-Reitorias da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde continua a zelar pelo bom andamento dos trabalhos da entidade da qual foi o principal inspirador.

VIII e IX—*Organização e regime didático-científico. Dados referentes aos estudantes*—Os cursos que são objeto do presente Parecer estão organizados de acôrdo com a Regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação da U.F.R.J., e com a Regulamentação do Ensino Pós-Graduado do Instituto de Microbiologia da U.F.R.J., conforme documentos que se encontram apensos ao processo. Tanto as normas mais genéricas, referentes a Universidade, como especificamente relativas ao Instituto de Microbiologia se ajustam perfeitamente aos preceitos constantes dos Pareceres 977/65 e 77/69 dêste Conselho. As exigências para a obtenção, respectivamente, dos títulos de Mestre e de Doutor, se acham claramente expressas nos artigos 19 e 20 e nos seus parágrafos, assim como nos parágrafos do artigo 24.

Os programas dos cursos de Mestrado e de Doutorado em Microbiologia abrangem as seguintes secções:

—Microbiologia Geral (Citologia, Fisiologia e Genética Microbiana)

—Imunologia (geral e aplicada)

—Infecção

—Bacteriologia de agentes infecciosos

—Vírus

—Microbiologia Industrial

—Teoria dos Processos Fermentativos

—Biossinteses Industriais

—Engenharia Bioquímica.

A matéria a ser lecionada em cada qual das secções relacionadas vem minudentemente descrita no processo.

A qualidade dos estudantes pós-graduados que têm acompanhado os cursos do Instituto até agora, foi objeto de comentários no item I dêste Parecer. É de crer que a ênfase que vêm dando as autoridades educacionais, mais recentemente, a importância que devem assumir os cursos de Pós-Graduação nas Universidades Brasileiras, resulte em continuado aprimoramento do que se vem realizando no Instituto de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Voto do Relator—O Relator é de parecer que os Cursos de Mestrado e Doutorado em Microbiologia da U.F.R.J. merecem ser credenciados por êste Conselho, pelo prazo de 5 anos, na forma do Parecer 77/69 dêste Conselho.”

18 Universidades Receberão Novos Equipamentos da RDA

Chegaram a bom termo os entendimentos entre os Governos do Brasil e da República Democrática Alemã para a assinatura de termo aditivo ao acôrdo anterior, pelo qual o Ministério da Educação e Cultura adquirirá, naquele país, equipamentos no valor de US\$RDA 12.014.949,90, destinados a dezoito universidades brasileiras ainda não beneficiadas pelo programa de aquisição de material no exterior.

As gestões para a assinatura do termo aditivo foram iniciadas pelo ex-Ministro Tarso Dutra, sendo ultimadas já na administração Jarbas Passarinho, a quem coube juntamente com o Ministro Delfim Neto, da Fazenda, assinar o documento, pelo Governo brasileiro.

A par disso, técnicos do MEC, sob a orientação direta do Ministro Jarbas Passarinho, ativam negociações com vista à aquisição de equipamentos de alta precisão e aparelhagem fundamental aos ramos prioritários do ensino superior brasileiro, através de novo contrato com a República da Hungria, no valor de NCr\$ 40 milhões, mediante o aproveitamento de saldos ociosos de nossa balança de pagamentos com o Leste Europeu.

A QUEM BENEFICIA—São as seguintes as instituições de ensino superior beneficiadas com o novo contrato firmado pelos Governos do Brasil e da República Democrática Alemã:

<i>Entidades</i>	<i>Valor em US\$RDA</i>
Fundação Universidade do Amazonas	815.679,13
Universidade Federal do Pará	1.326.565,07
Escola de Agronomia da Amazônia	294.140,85
Fundação Universidade do Maranhão	752.110,40
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.154.981,62
Universidade Federal do Ceará	1.448.882,49
Universidade Federal de Pernambuco	1.042.495,81
Universidade Federal da Bahia	891.711,94
Universidade Federal de Minas Gerais	1.407.857,27
Universidade do Estado da Guanabara	2.620.134,97
Fundação Universidade de Brasília	639.563,81
Escola de Engenharia de Taubaté (São Paulo)	962.181,00
Faculdade de Medicina de Marília (São Paulo)	199.860,66
Universidade Mackenzie (São Paulo)	797.117,75
Universidade Federal do Paraná	1.589.175,71
Faculdade de Medicina do Norte do Paraná (Londrina)	408.636,30
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.501.379,02
Fundação Téc.-Educação Souza Marques (Rio de Janeiro)	162.021,10

Aspectos Internacionais da Educação

Inglaterra Divulga Planos Educacionais

Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, o Prof. José Geraldo de Faria voltou impressionado com o trabalho de planejamento observado nas universidades da Inglaterra e Dinamarca, países que recentemente visitou tendo participado de um seminário sobre o assunto, realizado na Universidade de Edimburgo.

Disse que por imposição do "Town and Country Planning Act 1968", por exemplo, o Governo britânico promove intensa divulgação de seus projetos, a fim de que possam receber sugestões e críticas do público, verificando-se casos em que os projetos originais acabam sendo inteiramente modificados em decorrência dessas sugestões ou críticas.

Nos departamentos oficiais de planejamento, segundo o Prof. José Geraldo de Faria, e principalmente nas universidades, técnicos e professores empregam os métodos e as teorias mais variadas. A teoria "Threshold" é uma das mais aplicadas, tendo em vista as limitações de natureza física, tecnológica e estrutural que as cidades em expansão têm de enfrentar. De acordo com essa teoria é possível verificar previamente, na evolução de uma cidade, o momento exato em que seu crescimento não mais se justifica economicamente.

"Na Inglaterra"—continuou—"visitei as Universidades de Edimburgo, Nottingham, York, Newcastle e Birmingham, e todas elas têm seus *campus* perfeitamente equipados. O Governo britânico vem se preocupando, agora, com a criação de novas universidades.

A "University Grants Committee" constrói, no momento, diversas cidades universitárias, distribuídas pelo país inteiro. Tive oportunidade de visitar os *campus* de duas, a de Stirling e a de Birmingham. São dois excelentes projetos do Governo inglês na área da Educação.

Máquina Será Sempre Dependente do Homem

O Brasil, na opinião de um técnico norte-americano, não está dando a necessária importância à formação de especialistas em computadores eletrônicos e vai começar a sentir falta desses técnicos a partir de 1971, quando, para o volume de computadores instalados, indispensáveis a seu progresso, precisará de 2.500 programadores e analistas de sistemas.

A observação é do Prof. Carl Kromp, diretor do Centro de Computadores da Universidade de Miami, que vê o progresso tecnológico impossível de ser separado do computador e antevê para o ano 2000 uma sociedade onde o computador eletrônico terá influência e participação em todas as ações, desde um simples recado telefônico à educação em todos os níveis e à totalidade das transações comerciais.

O Prof. Carl Kromp permaneceu sete dias no Brasil, a convite da União Internacional de Intercâmbio Cultural. Aqui, o especialista norte-americano visitou universidades e centros de processamento de dados no Rio e São Paulo. Antes de retornar a seu país, elogiou o nível do ensino universitário brasileiro, considerando-o tão bom quanto o das melhores universidades norte-americanas. Mas notou que pouca importância é dada aos estudos e pesquisas nos campos da energia nuclear e dos computadores eletrônicos.

Para o professor norte-americano é impossível dissociar o progresso do computador, porque, agora e no futuro, todo avanço tecnológico que determinará por sua vez o desenvolvimento dos demais campos de atividade, estará intimamente ligado ao computador eletrônico. Frisou que a iniciativa privada brasileira demonstra ter tomado consciência dessa necessidade: são consideráveis as economias feitas com a instalação de computadores. Ele calcula que para movimentar o número de máquinas que terá de ser instalado nos próximos anos, o Brasil precisará de 2.500 técnicos, dos quais ainda não

dispõe. O Prof. Carl Kromp acha que o tempo será muito curto para a formação desses especialistas e que isso afetará o ritmo de nosso crescimento. Considera, entretanto, que medidas de incentivo e desenvolvimento para a formação de técnicos em computadores e energia nuclear resolverão o problema em curto prazo.

O professor norte-americano ressaltou que a era tecnológica que estamos vivendo tende cada vez mais a destacar a importância da máquina. Revelou que estatísticas oficiais dos Estados Unidos prevêem que dentro de cinco anos aquele país terá 80.000 computadores instalados, representando um aumento superior a 50% sobre os 50.000 atuais. Para operá-los, os Estados Unidos precisam de 200 mil analistas de sistemas e de 300 mil programadores.

O homem do ano 2000, ao acordar, terá próximo à sua cama, como o telefone de hoje, um computador portátil, no qual, em operações simples, como se escrevesse à máquina, programará todas as atividades do dia, desde os recados telefônicos ao cálculo do tempo de que precisará para executar suas diversas tarefas, como para se locomover. O computador lhe dará a previsão do tempo, e, com base nos dados de uma central de controle a intensidade do tráfego em determinadas ruas e nos momentos em que ele deverá percorrê-las. O sistema de transporte coletivo colocado à sua disposição será formado por trens que desenvolverão velocidades de até 600 quilômetros horários, controlados por computadores.

O homem do ano 2000 viverá numa sociedade em que não haverá necessidade de dinheiro no bolso. Bastará a conta bancária e um cartão de computador. Ao comprar o que quer que seja, desde os mantimentos no supermercado, ou realizar transações de qualquer vulto, ele não pagará em dinheiro nem assinará cheques. Colocará seu cartão no computador da firma vendedora e a máquina abaterá o valor da compra de seu saldo bancário, fazendo imediatamente as compensações.

O estudante do ano 2000 dispensará a biblioteca. Computadores dotados de sistemas áudio-visuais fornecerão todas as informações, ilustrando-as com *slides* projetados e sons transmitidos pelo telefone, sobre qualquer matéria de seus cursos.

No limiar do Século XXI, os computadores programarão a expansão demográfica de cada família e, por extensão, de cada país. Avaliarão o aproveitamento escolar e o desenvolvimento das crianças.

Orientarão os pais e professores no encaminhamento profissional dos estudantes.

Estas foram algumas antevisões do futuro feitas pelo Prof. Carl Kromp. Mas ele "acredita firmemente" que, ao contrário do que pensam alguns futurólogos pessimistas, o computador não desumanizará o homem nem tampouco assumirá o comando das ações. Ele assegura que jamais se realizarão as profecias de Arthur Clark e Stanley Kubrick, com o computador Hall 9000, do filme *2001, Uma Odisséia no Espaço*.

"Os computadores jamais pensarão ou terão condições de falar", assegura o Prof. Carl Kromp. A máquina faz e fará sempre o que o homem mandar. Na sua linguagem de computador a máquina ajudará o homem, dando-lhe informações que o auxiliarão na tomada de decisões. Inclusive—frisa o professor norte-americano—seus erros serão decorrentes de erros humanos.

Para o Prof. Carl Kromp, o papel da máquina no desenvolvimento humano "é enternecedor", porque evita os sacrifícios e facilita as tarefas do homem, porém ela sempre dependerá do ser humano, dando-lhe, desta forma, a permanente condição de comandante. Ilustra seu ponto de vista com as viagens à Lua.

"Sem o auxílio dos computadores, as viagens à Lua seriam impossíveis." Mas lembra o que considera "o momento mais emocionante dos pousos na Lua":

"Nos minutos finais do vôo, o astronauta assume o comando manual da nave e demonstra no espaço que somente ao homem pertencem as decisões que concluem todo o trabalho da máquina."

UNESCO dá Bôlsas para Jornalistas

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) está oferecendo bôlsas para aperfeiçoamento em Ciência da Informação Coletiva e Formação de Professores de Jornalismo, nos Cursos Internacionais que se realizarão de 17 de agosto a 16 de outubro de 1970, no Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (CIESPAL),

para diretores ou professores de Escola de Jornalismo, com um ano de exercício, no mínimo, ou jornalista profissional com seis anos de experiência, formação universitária e interesse no ensino de Jornalismo.

OEA Concede 284 Bôlsas de Estudos na América Latina

A Organização dos Estados Americanos concederá, este ano, 284 bôlsas de estudo a universitários do continente, dentro de seu Programa Regional de Incremento da Educação. As bôlsas são para várias matérias, nas principais universidades da América Latina, a saber: Planejamento da Educação, Centro de Investigações Educacionais do Ministério da Educação, Santiago do Chile, 20 bôlsas; Educação para Adultos, Centro de Educação Regional, Caracas, 10 bôlsas; TV Educativa, Rádio Nacional e Instituto de Televisão, Bogotá, 20 bôlsas; Direção e Supervisão da Educação, Instituto Centro-Americano de Administração da Educação, Cidade do Panamá, 20 bôlsas; Aperfeiçoamento do Ensino Científico, Instituto Nacional de Aprimoramento do Ensino Científico, Buenos Aires, 24 bôlsas; Pós-Graduação para Professores de Idiomas e de Matemática, Santiago do Chile, 40 bôlsas; Direção e Supervisão do Ensino de Artes e Ofícios, Instituto de Educação Técnica, Buenos Aires, 20 bôlsas; Direção Educativa, Centro Regional de Pesquisas Educacionais, São Paulo, 20 bôlsas; Especialização em Programas Secundários, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 20 bôlsas; Curso de Supervisores de Ensino Industrial, Centro de Educação Técnica da Universidade Federal do Trabalho, Belo Horizonte, 20 bôlsas; Preparação e Uso de Material e Meios Audio-visuais, Centro Regional para Investigações sobre Educação, São Paulo, 20 bôlsas; Mestrado em Administração Educativa, Universidade do Vale, Cali, Colômbia, 20 bôlsas; Preparação de Textos e de Material de Estudo para Ensino de Matemática e Ciências em Nível Elementar, Centro de Ensino para Professores de Educação Rural, Caracas, 10 bôlsas; e Especialização em Programas Elementares, Instituto de Aperfeiçoamento Profissional, Caracas, 20

bolsas. Os interessados devem dirigir-se à Divisão de Educação da OEA, em Washington, ou ao escritório da Organização em seus respectivos países.

Os candidatos deverão preencher requisitos fixados pela OEA:

- 1—possuir graduação avançada no respectivo campo de estudo e, conhecimento da língua falada no país onde pretende estudar;
- 2—apresentar comprovante de que foi aceito no Centro de estudo onde deseja aperfeiçoar-se e, de estar capacitado a desenvolver as atividades pertinentes à bolsa solicitada;
- 3—regressar, obrigatoriamente, ao término da bolsa, ao país de origem.

As solicitações devem ser enviadas à sede da OEA (Pan American Union—Washington DC 20006—USA) ou ao seu Escritório no Rio de Janeiro (Rua Paissandu, 351—Flamengo), até 31 de dezembro para os cursos iniciados em setembro, e, antes de 30 de junho para os que se iniciam em fevereiro do ano seguinte.

O Ensino de Engenharia na Alemanha Ocidental

As 147 escolas e academias de Engenharia da República Federal da Alemanha abrigaram 61.591 alunos, dos quais 3.279 estrangeiros, no período letivo de 1967/68, registrando-se maior índice de matrículas (34,1%) nos ramos de estudo relacionados com a construção de máquinas e veículos, enquanto que a eletrotécnica e as construções reuniram, cada qual, 23% dos estudantes.

A informação foi divulgada pelo Departamento de Estatística do Governo Alemão. Em 1967, segundo a mesma fonte, apresentaram-se a exame 18.687 alemães e 535 candidatos de outros países, tendo sido diplomados 18.121 engenheiros. Dêstes, 490 eram estrangeiros.

Atas Oficiais

Dec. nº 66.297, de 4-3-70—Concede reconhecimento ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina, sediada em Tubarão, SC (D.O. de 9-3-70).

Dec. nº 66.309, de 10-3-70—Autoriza o funcionamento do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina, ES (D.O. de 12-3-70).

Dec. nº 66.315, de 13-3-70—Dispõe sobre programa de participação do estudante em trabalhos de magistério e em outras atividades dos estabelecimentos de ensino superior federal (D.O. de 16-3-70).

Dec. nº 66.320, de 16-3-70—Autoriza o funcionamento da Escola de Ciências Médicas de Alagoas, AL (D.O. de 16-3-70).

Dec. nº 66.321, de 16-3-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Medicina de Santo Amaro, SP (D.O. de 17-3-70).

Dec. nº 66.330, de 16-3-70—Institui a Comissão Especial Supervisora de Aplicação de Recursos para aceleração das obras da Cidade Universitária (D.O. de 17-3-70).

Dec. nº 66.337, de 18-3-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito da Fundação Universitária de Conselheiro Lafaiete, MG (D.O. de 19-3-70).

Dec. nº 66.344, de 18-3-70—Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Educação Física da Escola Superior de Educação Física de Cruzeiro (autarquia municipal), SP (D.O. de 19-3-70).

Dec. nº 66.368, de 23-3-70—Autoriza o funcionamento do Curso de Administração de Empresas da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas "Santana", em São Paulo, mantida pelo Instituto Santanense de Ensino Superior, SP (D.O. de 24-3-70).

Dec. nº 66.354, de 20-3-70—Dispõe sobre a constituição de grupos de Trabalho para propor as bases de convênios a serem firmados com Estados e Municípios, relativamente à integração de serviços ligados à Educação e Saúde (D.O. de 20-3-70).

Íntegra na página 14.

Dec. nº 66.367, de 23-3-70—Concede reconhecimento ao Curso de Nutricionista da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, SP (D.O. de 25-3-70).

Dec. nº 66.386, de 25-3-70—Concede reconhecimento à Escola de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, PE (D.O. de 30-3-70).

Dec. nº 66.390, de 25-3-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito de Marília, SP (D.O. de 30-3-70).

Dec. nº 66.391, de 25-3-70—Retifica Plano de Reestruturação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, aprovado pelo Dec. nº 63.284, de 26-9-68 (D.O. de 30-3-70).

Dec. nº 66.392, de 25-3-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jales, SP (D.O. de 30-3-70).

Diretor

Foram nomeados Diretor:

—da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Paraíba, o Prof. Aderaldo Leocádio da Silva (D.O. de 16-3-70);

—do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o Prof. Walter de Toledo Piza (D.O. de 18-3-70);

—da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Ceará, o Prof. Artur Eduardo Benevides (D.O. de 23-3-70);

—da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, o Prof. Ayrton da Costa Paiva (D.O. de 24-3-70);

—do Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás, o Prof. Juarez Milano (D.O. de 30-3-70);

—da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás, o Prof. Jamil Issy (D.O. de 30-3-70);

—da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, o Prof. José Pinto Machado (D.O. de 30-3-70);

—da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, o Prof. Joaquim Batista Neves (D.O. de 30-3-70).

Cronograma da Concessão de Bôlsas e Auxílios pela CAPES

	Último dia para entrega dos documentos	Época do julgamento
Bôlsas de Estudo no País	Novas: 30 de novembro do ano anterior ao da vigência da bôlsa Renovações: 31 de outubro	1.ª quinzena de janeiro 2.ª quinzena de novembro
Bôlsas no Estrangeiro	15 de abril	2.ª quinzena de junho
Auxílios Individuais	31 de março	1.ª quinzena de maio
Auxílios aos Centros de Treinamento	31 de março	1.ª quinzena de maio

VALORES ATUAIS

- a) Bôlsas de Estudo no País
Nível A, aperfeiçoamento, qualificação técnica e estágio sem visar à obtenção dos títulos de Mestre ou de Doutor:
 NCr\$ 500,00(*) — NCr\$ 650,00 (**).
Nível B, pós-graduação I, *sensu stricto*, durante o primeiro ano: NCr\$ 750,00 (*) — NCr\$ 900,00 (**).
Nível C, pós-graduação II, *sensu stricto*, a partir do segundo ano: NCr\$ 900,00 (*) — NCr\$ 1.100,00 (**).
 (*)—candidato residente na mesma área de localização do Centro de Treinamento.
 (**)—candidato residente fora da área de localização do Centro de Treinamento.
- b) Bôlsas de Estudo no Exterior.
Mensalidade—bolsista solteiro, US\$ 225,00
 bolsista casado, US\$ 375,00
Taxas Escolares—quando devidamente comprovadas e essenciais ao cumprimento do programa.
- c) Auxílio Individual—passagem de ida e/ou volta do bolsista entre o local de sua moradia e o da realização do curso ou estágio.

IMPORTANTE

- 1—Após o julgamento e aprovação do pedido da bôlsa não haverá reajuste nas mensalidades por motivo de casamento.
- 2—Só serão concedidas bôlsas e auxílios para cursos e estágios de, no mínimo, 4 meses, no País e de 6 meses, no Exterior, e no máximo 12 meses. Nos casos de cursos de Mestrado ou de Doutorado, a bôlsa poderá ser renovada dependendo, entretanto, das informações do orientador do bolsista sobre seu aproveitamento.

NOTA—A matéria deste Boletim poderá ser republicada no total ou em parte, ou refundida, desde que mantido seu espírito.

Composto e impresso no
Setor de Artes Gráficas da
Escola Técnica Federal
"Celso Suckow da Fonseca"
Rio — 1970